Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

O ACERVO NOSSO SAGRADO: DA HISTÓRIA AO DEVIR MUSEOLÓGICO[1]

THE NOSSO SAGRADO COLLECTION: FROM HISTORY TO MUSEOLOGICAL DUTY

Thainá Castro Costa[2]

Filipe Gomes de Souza[3]

Submetido em: 13/03/2026
Aprovado em: 15/07/2026
Publicado em: 31/07/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] O presente artigo amplia e aprofunda versão anterior que foi submetida, avaliada, aprovada, apresentada e premiada no XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) ocorrido no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no Rio de Janeiro (RJ), no período de 3 a 7 de novembro de 2025.

[2] Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2017). Professora adjunta da Coordenadoria Especial de Museologia da UFSC (2013). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). E-mail: thainacastrocosta@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0106-348X.

[3] Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). E-mail: filipegomesdesouza@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0435-5368.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: Registros históricos de instituições culturais brasileiras revelam complexas dinâmicas na representação do patrimônio afro-brasileiro diante das narrativas hegemônicas que moldaram a memória nacional. A construção dessa memória, pautada por seleções e exclusões propositais, impõe tensionamentos que exigem análise crítica. Considerando o exposto, este estudo toma como objeto o histórico de formação do acervo Nosso Sagrado. Tendo como seu objetivo central analisar as tensões na trajetória de formação desse acervo, articulando-as com mecanismos de silenciamento institucionalizados no passado. Os procedimentos metodológicos consistem em análise documental e bibliográfica, ancorada na investigação crítica da legislação brasileira dos séculos XIX e XX, permitindo cotejar o contexto formal das leis com a histórica repressão às manifestações culturais e religiosas de matriz africana. Como resultado, a pesquisa evidencia que o caráter coercitivo das narrativas oficiais do passado apresenta desdobramentos contemporâneos, manifestando-se em desafios políticos e institucionais para a preservação e valorização de acervos como o Nosso Sagrado. As considerações finais apontam para a necessidade de repensar paradigmas que perpetuam hegemonias memoriais. Sublinha-se a responsabilidade dos profissionais da cultura em atuar na desconstrução desses silenciamentos, promovendo práticas curatoriais plurais, representativas e comprometidas com a reparação histórica e a justiça social.

Palavras-Chave: Nosso Sagrado. Raça. Memória. Patrimônio. Representação.

Abstract: *Historical records from Brazilian cultural institutions reveal complex dynamics in the representation of Afro-Brazilian heritage in the face of hegemonic narratives that have shaped national memory. The construction of this memory, guided by deliberate selections and exclusions, creates tensions that require critical analysis. Considering the above, this study focuses on the history of the formation of the Nosso Sagrado collection. Its central objective is to analyze the tensions in the trajectory of this collection's formation, articulating them with institutionalized mechanisms of silencing in the past. The methodological procedures consist of documentary and bibliographic analysis, anchored in critical research of Brazilian legislation from the 19th and 20th centuries, allowing for a comparison of the formal context of the laws with the historical repression of cultural and religious manifestations of African origin. As a result, the research shows that the coercive nature of official narratives of the past has contemporary ramifications, manifesting itself in political and institutional challenges to the preservation and appreciation of collections such as Nosso Sagrado. The final considerations point to the need to rethink paradigms that perpetuate memorial hegemonies. The responsibility of cultural professionals to act in the deconstruction of these silences is emphasized, promoting plural, representative curatorial practices committed to historical reparation and social justice.*

Keywords: *Nosso Sagrado. Race. Memory. Heritage. Representation.*

1 INTRODUÇÃO

O mito de criação dos museus tem origem grega e narra que essa instituição foi criada como o lar das nove musas sagradas, filhas do imponente Zeus, rei dos deuses e de Mnemósine, deusa da memória, sendo cada uma dessas nove era responsável por resguardar e inspirar um nicho no âmbito do artístico, tais como música, literatura, teatro e demais semelhantes (Carlan, 2011). Em sua gênese o museu, o *mouseion* grego, era tido como a casa das musas, o templo do santo saber e numa análise mais apurada as duas potestades, os dois deuses gregos, são as representações do caráter institucional que esse lócus cultural propicia e estrutura. Onde Zeus é soberano na esfera do divino, capaz de subjugar não apenas a humanidade como também as demais divindades, e Mnemósine é a deusa da memória, responsável por delegar o que será preservado e mantido e aquilo que será realocado no abismo do esquecimento e brevidades.

O museu em si mesmo, e em sua concepção mais clássica, tradicionalista, representa esse espaço da memória e do poder, assim como também é a esfera onde essas duas instâncias são passíveis de enfrentamento e disputas, como mistificado e personificado na narrativa mitológica anteriormente citada.

Do ponto de vista informacional, as tensões existentes entre memória, identidade e poder adquire contornos específicos quando analisamos os museus como sistemas de organização e disseminação da informação e conhecimento. A informação musealizada não é neutra, ela carrega consigo camadas de significação que refletem decisões sobre o que deve ser preservado, como deve ser classificado e para quem deve ser acessível. Autores

como Frohmann (2004) e Buckland (1991) nos lembram que a informação é também fenômeno social, cujo valor e significado são negociados em contextos institucionais específicos. No caso dos museus, a dimensão informacional se manifesta na curadoria, na documentação museológica e nas práticas de mediação cultural, todas elas atravessadas por escolhas que implicam inclusões e exclusões, visibilidade e apagamentos.

A perspectiva informacional, portanto, contribui para desvelar como os museus atuam como dispositivos de poder simbólico ao mesmo tempo em que podem funcionar como espaços de resistência e contra-narrativa. Quando grupos subalternizados reivindicam o direito à memória e à representação em museus, está em jogo não apenas o reconhecimento identitário, mas também o acesso à informação sobre si mesmos e sobre suas trajetórias históricas, informação essa que, quando ausente ou distorcida, compromete a própria possibilidade de construção de identidades autônomas.

Roy Wagner, em a Invenção da Cultura, diz que os museus "(...) metaforizam espécimes e dados etnográficos, analisando-os e preservando-os, e os tornam necessário ao nosso refinamento, ainda que pertençam a outra cultura" (Wagner, 2010, p. 63). Factualmente eles o fazem, mas como esse processo ocorre em contextos que contam com o tensionamento social causado por conta de fatores como discriminação racial? Como no caso do acervo da coleção Nosso Sagrado, pejorativamente nomeado como "Coleção de Magia Negra" enquanto pertenceu ao Museu da Polícia Civil do Estado Rio de Janeiro. Quais são os fatores históricos motivadores de tal dissonância do museu frente ao tratamento do acervo do Nosso Sagrado?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho aqui apresentado qualifica-se como de natureza básica, por objetivar a ampliação do conhecimento técnico-científico, contando com uma abordagem qualitativa que privilegia a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e simbólicos em seu contexto histórico (Rodrigues; Neubert, 2023). A metodologia adotada para o desenvolvimento e discussão do trabalho fundamenta-se na pesquisa documental e bibliográfica, abordagem que permite não apenas o diálogo com a literatura especializada, mas também a análise de fontes primárias que registram a materialidade do objeto estudado (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

No que concerne especificamente à dimensão documental, procedeu-se ao levantamento e exame de um conjunto heterogêneo de fontes, incluindo registros institucionais, manifestos culturais, e documentos oficiais relacionados à constituição e à trajetória do acervo "Nosso Sagrado". Este material foi submetido a uma análise de conteúdo temática, visando identificar as principais categorias discursivas e as disputas narrativas em torno da noção de sagrado e de pertencimento cultural.

Quanto à pesquisa bibliográfica, realizou-se um levantamento protocolar em bases acadêmicas, como SciELO, Scopus e Google Acadêmico, priorizando publicações alinhadas à temática trabalhada. O emprego da literatura especializada abrangeu, primordialmente, campos do conhecimento nas humanidades e ciências sociais, tais como a antropologia das religiões, a sociologia da cultura e a filosofia política, com especial atenção às teorias críticas sobre poder hegemônico, colonialidade e epistemicídio. Com o intuito de conferir maior robustez à análise e explorar as implicações jurídicas do caso,

incorporou-se uma perspectiva interdisciplinar voltada ao campo da História do Direito.

Dado o exposto, o presente estudo visa discutir, a partir da bibliografia específica das humanidades e ciências sociais em diálogo com o arcabouço jurídico-constitucional histórico brasileiro, o caso do acervo "Nosso Sagrado". A investigação se debruça sobre a constituição, a significação e os desafios enfrentados por este acervo, analisando-os como sintomas e consequências da atuação de um poder hegemônico socialmente validado. A perspectiva jurídica, nesse contexto, opera como lente para qualificar juridicamente os atos e omissões identificados, avaliando a potencial violação de direitos culturais fundamentais, e contribuindo para a compreensão de como o ordenamento jurídico e social pode tanto reproduzir quanto oferecer resistência a tais dinâmicas de poder.

3 O NOSSO SAGRADO

A coleção Nosso Sagrado, atualmente salvaguardada no Museu da República graças ao movimento Liberte Nosso Sagrado - encabeçado e personificado pela Mãe Yá Meninazinha de Oxum, 1ª Iyalorixá do Ilê Omolu Oxum -, previamente denominada “Coleção de Magia Negra”, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - hoje o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - em 05 de maio de 1938 sob inscrição nº.1 no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ficou sob a guarda do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como “Museu do Crime”.

Segundo os registros da polícia civil, tais objetos foram apreendidos sob a acusação de prática de feitiçaria a partir da

invasão dos terreiros de Candomblé e Umbanda. Depois de apreendidos, os objetos tinham suas alcunhas alteradas, uma vez que o corpo de peritos da polícia civil atribuiu denominações como: "'magia negra', 'arsenal dos bruxos', 'objetos próprios para a exploração do falso espiritismo', 'objetos de bruxaria', 'coisas necessárias à mise en scène da macumba ou candomblé', 'objetos próprios para fazer o mal', ebó, oferenda" (Maggie, 2005, p.38).

Os objetos apreendidos eram utilizados em práticas cerimoniais e rituais, considerados naquele período como criminosos; tinham uso cotidiano, uma funcionalidade e um significado que ia para além da materialidade por aqueles que os utilizavam. Neste sentido, tais objetos são também símbolos, pois eram considerados vitais na prática da fé, como uma forma de comungar com a ancestralidade a partir de sentidos plurais a eles atribuídos.

Em *A floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*, Victor Turner (2005) coloca que a ritualização cerimonial ancorada pelo uso de objetos exemplifica a atribuição simbólica inserida na materialidade do cotidiano no limiar com o sagrado. No caso do acervo do Nosso Sagrado, a quebra de leitura e atribuição simbólica dos objetos, assim como sua transposição para um braço policial, distanciou os significados e funções primárias a eles conferidos, passando para um contexto de subversão narrativa, vide o nome atribuído aos itens pela polícia civil carioca e pelo seu uso na simulação de cenários de apreensão nos treinamentos de cadetes (Alves, 2023).

De acordo com José Reginaldo Gonçalves (2007) os objetos materiais são parte inerente dos sistemas classificatórios socialmente convencionados, sem estes sistemas os objetos e

tampouco seus usuários não ganhariam existência significativa. Os objetos do cotidiano, assim como os objetos de coleções, expostos ou não em museus, ganham diferentes significados de acordo com o circuito social onde eles estão inseridos e a partir deles construções identitárias são estabelecidas e transformadas.

De acordo com o artigo 157 do Código Penal de 1890, a prática do "espiritismo, magia e seus sortilégios eram proibidos" e, com esta prerrogativa, as unidades policiais perseguiram os cultos afro-brasileiros. Os objetos apreendidos simbolizavam materialmente a instrumentalização da "feitiçaria" (Maggie, 2005).

Como podemos ver, os objetos apreendidos sob a acusação de prática de feitiçaria, que simbolizavam materialmente a ilegalidade, eram vistos dessa maneira por não representarem aquilo que era aceitável para época pela branquitude. Ou seja, ao tipificar como criminosos o exercício religioso e o estilo de vida de pessoas negras, o Estado negava as pessoas negras de terem parte na sociedade, pois:

> Os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o ethos de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos - sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem (Geertz, 1989, p.66-67).

Fazendo um panorama geral do que se é convencionado historicamente, em 1800, no Brasil em termos de população havia poucos brancos em comparação com populações indígenas, africanas e seus descendentes. Em 1808, com a chegada da família real, houve a abertura dos portos, bem como a formação e fortalecimento de uma elite que tinha como base de força de trabalho a utilização de pessoas escravizadas, tal fato é balizado pela atividade econômica

mais expressiva do período, o tráfico de pessoas negras. As transformações, como, por exemplo, fim do tráfico de pessoas negras em 1840, a introdução da mão de obra de imigrantes, as contendas com militares e religiosos e a manutenção dos modelos de escravatura foram fundamentais para o abalo da monarquia. Neste contexto, os membros das elites econômicas e intelectuais passaram a compreender um movimento de república como um passo necessário para a modernização das instituições políticas nacionais e de um projeto de nação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro do projeto de nação brasileiro, o ato de criminalizar a cultura africana e afro-brasileira foi uma forma de reprimi-la, já que ela representa não apenas um padrão de significados que são socialmente transmitidos, elas fazem parte de um sistema de encadeamento simbólico que fomenta identidade e pertencimento social, são elementos que aglutinam comunidade, que comunicam conhecimento e indicam relações com a realidade (Geertz, 1989).

Tanto o processo de construção dos museus, como o da construção das nacionalidades se desenvolveram a partir de um drama social, um conflito na sociedade a partir de questões identitárias (Turner, 2005). Essas instituições e narrativas nacionais emergem, portanto, não de consensos harmônicos, mas de disputas simbólicas e políticas que buscam fixar determinadas versões do passado e do pertencimento coletivo em detrimento de outras.

No âmbito dos museus, essa dinâmica se revela na seleção, classificação e exposição de objetos e narrativas calcadas em memórias, processos que envolvem escolhas epistemológicas e

axiológicas profundamente enraizadas em relações de poder. Como instituições de memória, os museus operam como equipamentos de subjetivação e de produção de regimes de "verdade", atuando na legitimação de determinadas identidades culturais enquanto silenciam ou marginalizam outras. Tal perspectiva encontra eco nas reflexões de autores como Benedict Anderson (2008), para quem as comunidades nacionais são "imaginadas" a partir de artefatos culturais que criam a sensação de continuidade histórica e coesão identitária.

A construção das nacionalidades, por sua vez, configura-se como um projeto de homogeneização que frequentemente opera pela supressão ou incorporação subordinada das diferenças internas. Nesse processo, o drama social identificado se manifesta como crise, ruptura e tentativa de reparação simbólica, na qual o Estado-nação busca consolidar uma narrativa unificadora que possa abarcar, ainda que de forma conflituosa, as múltiplas identidades que compõem o tecido social.

Essas instituições e narrativas nacionais emergem, portanto, não de consensos harmônicos, mas de disputas simbólicas e políticas que buscam fixar determinadas versões do passado e do pertencimento coletivo em detrimento de outras.

A camada do drama é aqui traduzida no processo de tombamento da “Coleção de Magia Negra”, feito pela SPHAN em 1938 por uma questão estritamente política, pois foi um momento que estava se discutindo questões das gamas de identidades do país, e a cultura afro-brasileira estava imbricada nesse movimento, uma vez que a “(...) cultura parece aqui como antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam apenas

para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino.” (Sahlins, 1997, p.46).

O tombamento da então “Coleção de Magia Negra” faz parte de uma medida adotada por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, então diretor do SPHAN para evitar evasões de obras de arte. Juntamente com a “Coleção de Magia Negra” foram tombadas outras doze coleções, a maioria delas classificada como etnográficas. O inventário da “Coleção de Magia Negra” foi feito somente em 1940, ou seja, não se sabia exatamente quais eram as peças que estavam sendo tombadas. A compreensão patrimonialista sobre os objetos apreendidos começou a se configurar no final da década de 1930 e dentro deste percurso deve se levar em consideração o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936. A nomenclatura adotada para a definição da coleção como patrimônio etnográfico se relaciona ao anteprojeto de Mário de Andrade que conceituou tal categoria e elencou a magia e elementos rituais como passíveis de patrimonialização (Corrêa, 2005; Alves, 2023).

O tombamento da “Coleção de Magia Negra” não foi justificado pelo SPHAN e não consta nos relatórios maiores detalhes deste processo, como uma “medida apressada”, um tombamento sui generis dentro dos padrões estipulados pelo Decreto N.25/1937. Esta coleção e outros tombamentos considerados “problemáticos” como o tombamento dos morros do Rio de Janeiro, não constavam nas listagens dos livros resumos de bens tombados, aparecendo no inventário somente a partir da reedição de 1984 (Corrêa, 2005). Como colocado na obra Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação (Chagas, 1994, p. 39):

> O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere, ou mesmo não lhe restitui, o caráter de documento. A preservação não justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.

Pode se constatar aqui que "O esquecimento (de fato) pertence a toda ação" (Nietzsche, 2005, p. 4), nesse caso em especificidade os objetos não foram preservados, pois, ao desconsiderar completa e derradeiramente o valor cosmológico e vital dos objetos dentro das lógicas segregacionistas de um posicionamento político cultural relegado a uma cultura hegemônica consolidada a salvaguarda patrimonial não ocorreu.

Expor objetos de grupos minorizados em museus implica em questões éticas, de como expor e de como a narrativa em torno dos objetos expostos será socialmente lida. Por exemplo, muitos objetos que são considerados como arte na interpretação ocidental nas sociedades indígenas estão associados a outros fins, são produzidos com um certo objetivo finito, como valores na vida social e cultural, com uma função dentro da sociedade que não é necessariamente contemplativo. Um exemplo sobre isso são os museus em que Clifford (2009) analisa, sendo o Museu de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica, o Museu Real da Colúmbia Britânica, contraponto o Museu e Centro Cultural Kwagiulth (Kwakiutl Museum) e o Centro Cultural de U'misma. Para compreender a arte nessas sociedades, primeiramente devemos compreender a sociedade. Para compreender esses objetos da "Coleção de Magia Negra", é preciso compreender os significados que estão entrelaçados entre eles. O Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro por muito tempo expôs os objetos, mas projetou o olhar de

quem criminaliza o objeto, legitimando a visão marginalizadora sobre eles.

Os museus possuem abordagens de comunicação expográfica e públicos diferentes, e isso é refletido nas suas exposições, nas formas em que as coisas são dispostas nos circuitos e para quem elas são apresentadas. Um exemplo disso é trazido no texto de Clifford (2009), onde nos "museus tribais", é desconsiderada a distinção entre arte e cultura, eles expressam mais a cultura local, o parentesco, a tradição, são instituições que buscam o público local, as tradições, as histórias, os significados locais, a coleção não procura vincular-se ao patrimônio.

O outro lado da moeda pode ser percebido num comentário sobre o Museu de Antropologia da Universidade, feito por um membro do pessoal de um dos centros tribais Kwagiulth: "Lá eles têm um montão de bugigangas, mas não entendem muito do assunto (Clifford, 2009, p.270).

Os objetos reunidos na "Coleção de Magia Negra" não fogem ao duplo sentido da memória histórica, onde por um lado dizem respeito a uma instituição que além de "narrar" versões do passado, por meio de suas produções, são também objeto dessas narrativas. Seria um desdobramento, do risco da descompreensão, pois tal coleção foi apreendida e constituída de forma truculenta, como apontado pelo panorama histórico já descrito, sendo que, aqueles que detinham de autoridade para delegar a validade dos objetos, legitimando-os no ato de expô-los respeitosamente não o fizeram, preferindo por escondê-los e criminalizá-los, estando apenas embasados em ideologias conservadoras advindas de ideais do poder hegemônico e respaldados por políticas culturais e patrimoniais nebulosas.

A dimensão histórica perniciosa que faz parte tanto do tombamento do Nosso Sagrado, como também das significações destinadas a estes objetos, pode ser pensada a partir da obra "Matérias Nebulosas: Coisas que acontecem em uma festa de exú", onde as matérias nebulosas percebidas em uma festa de Exu são "estados potenciais e forças indeterminadas que atuam nos processos de objetivação e subjetivação" (Cardoso; Head, 2015, p. 165), ou seja, existem dimensões de significância dos objetos sagrados das culturas afro-brasileiras que não podem ser determinadas ou compreendidas por aqueles que não os praticam. Tal perspectiva pode ser atribuída ao histórico da "Coleção de Magia Negra", pois a "nebulosidade" que incide sobre seu processo de tombamento, a taxonomia atribuída, sua criminalização e inserção no "Museu do Crime", sinalizam não apenas o desconhecimento, mas também o apagamento.

De forma antagônica, a perspectiva de Pomian (1984) acerca das coleções, onde estas seriam tomadas enquanto relíquias e entesouradas pelos museus visando atingir a contemplação não é verdadeira no caso estudado, uma vez que a coleção do Nosso Sagrado foi depreciada, erroneamente tratada e documentada pelos órgãos que não eram originalmente seus detentores, perdendo na perspectiva do autor, seu caráter classificatório especial de coleção, adquirindo o de repreensão.

Cabe ao caso estudado a perspectiva "turneriana" acerca dos processos que se catalisam a partir do drama social – e não apenas o "drama" em si, pois por meio dele há propiciação do "(...) interesse pelo não harmônico, pelo discrepante, por regras situacionalmente incompatíveis entre si, pela natureza aberta e processual da vida

social, em suma" (Cavalcanti, 2013, p. 424). Ou seja, na construção, marcada pela violência, da "Coleção de Magia de Negra", objetos que representam materialmente culturas afro-brasileiras são retirados de seus respectivos fluxos e contextos e são impropriamente alienados de suas funções, assim como removidos dos circuitos que lhe atribuíam significância, de tal modo que durante a sua apreensão e indevido acúmulo os mesmos objetos sofreram um processo de criminalização, sendo compreendidos pelas instâncias autoritárias enquanto relacionados à demonologia e sacrilégios, partindo assim de uma perspectiva unilateral fortemente embasada no sistema religioso dominante. Logo, os itens que se opõem ao consenso majoritário – nas esferas do poder - foram compreendidos enquanto anomalias e como tais foram confiscados, isolados e apagados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se analisarmos o caso na perspectiva de Sahlins, podemos notar a linha tratada pelo autor que versa sobre a invenção da tradição, sendo concebida por ele como um dos "(...) modos pelos quais as sociedades selecionam certos costumes como marcadores diacríticos e auto-definições de sua 'cultura'" (Sahlins, 1997, p. 134). Entretanto, levando em consideração o contexto aqui discutido, podemos perceber que existe um outro fator, a existência de um conflito marcadamente polarizado. No que diz respeito aos objetos considerados como de "Magia Negra" nota-se dois lados de uma luta pela identidade, onde um lado busca liberdade para, de forma continuada, exercer sua religiosidade, práticas artísticas, culinárias e demais fins associados, enquanto o outro lado procura delegar quais os aspectos são legítimos ou não dentro de uma ambiciosa

construção de amplitude histórica na esfera nacional, não tolerando ou respeitando formalmente contingentes culturais compreendidos enquanto “hereges”, “anômalos” e “externos”.

O que nos leva ao tópico de fechamento, o da intolerância sociocultural no que é referente às práticas, costumes, tradições e manifestações afro-brasileiras. Uma modalidade cultural de herança factualmente destruída, prática que possui origens nos tempos do colonialismo, que se desenvolveu e ressoou por séculos sendo ainda possível encontrar seus resquícios, sendo aqui esse último termo um eufemismo, pois se faz contemporaneamente presente o racismo e sua notoriedade perante a sociedade, até mesmo – e expressivamente – no âmbito dos patrimônios.

Considerando o que foi discutido até o presente momento, podemos perceber o quão intolerante se faz historicamente o corpo social e o poder público em relação a práticas marginalizadas e desassociadas do imaginário idealmente construído acerca da cidadania cultural da branquitude no Brasil e como museus podem ser agenciados por interesses não integrativos socialmente e eticamente incompatíveis.

A Museologia, as demais ciências sociais e as instituições culturais podem por meio de seus processos técnicos e seu compromisso social, devem promover ações para suscitar a mudança de paradigmas higienistas e cerceadores que vigoram historicamente no Brasil. O caminho da mudança, do respeito e da tolerância se faz por meio da educação e seus equipamentos culturais. Cabe aos profissionais da cultura e da academia se posicionarem de acordo com suas responsabilidades para com o bem-estar social e a sociedade em geral. Talvez devamos adotar uma postura mais

intempestivista, como colocava Nietzsche, acerca de colocações e ações negativas relacionadas diretamente a intolerância e disparidade racial, talvez devêssemos "(...) atuar contra o tempo, e, através daí, no tempo; e, esperemos, em nome de um tempo vindouro" (Nietzsche, 2005, p.2) o fortalecimento de uma consciência humanizada e sensível no que tange se a cultura e a vida. Cabe aos profissionais culturais a perspectiva de que:

> A tentativa de justificar (museologicamente) e remontar (museograficamente) o passado pelo passado assemelha-se a um esforço inócuo de paralisação do tempo. A tentativa de remontar e justificar o passado pelo futuro assemelha-se a um esforço de fugir do tempo. Resta, portanto, a perspectiva de compreender o passado pelo presente, como algo interferente na vida e interferido por ela (Chagas, 1999, p. 24).

Pois, se os profissionais culturais almejarem articular e alinhar suas atuações com o propósito da transformação social, existe a possibilidade de criação de narrativas humanizadoras com potencial efetivo na humanização simbólica e cosmológica de pessoas negras e da cultura africana, brasileira e afro-brasileira, como vem sendo demonstrado pelo movimento Libertem Nosso Sagrado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Gustavo G. A. Da Coleção Magia Negra ao Acervo Nosso Sagrado: nuances entre o saque, o tombamento e a reparação. **AbeÁfrica**: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, p. 228-261, set. 2023. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica/issue/view/2550. Acesso em: 01 dez. 2024.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [*s.l.*], v. 45, n.5, p.351-360, 1991.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. **História**: Patrimônio Histórico, São Paulo, v. 27, n. 2, 2011, p.1-06.

CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Caderno de Museologia**, [*s.l.*], n. 2, 1994. p. 29-47.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 13, n. 13, 1999. Disponível em: https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4476. Acesso em: 07 dez. 2024.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama, ritual e performance em Victor Turner. **Sociologia & Antropologia**, [*s.l.*], v. 3, p.411-440, 2013.

CLIFFORD, James. Museologia e contra-história: viagens pela costa noroeste dos Estados Unidos. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memórias e Patrimônio**: Ensaios Contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.254-301.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Museu Mefistofélico**: Coleção museu de magia negra do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa Pós-Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A Coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. **MNEME**: Revista de Humanidades, [*s.l.*], v. 07, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/330/303. Acesso em: 20 nov. 2024.

FROHMANN, Bernd. **Deflating information**: from science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. *In*: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro LTC, 1989 [1973].

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Coleção Museu, memória e cidadania, 2007.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Revista Mana**: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-73, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002. Acesso em: 10 ago. 2025.

MAGGIE, Yvonne. O arsenal da macumba. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, [*s.l.*], n. 6, dez. 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/422115699/MAGGIE-O-Arsenal-Da-Macumba. Acesso em: 20 ago. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich. Segunda Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a Vida. *In*: **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: GIL, Fernando. **Memória-História**. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-60.

RODRIGUES, Rosangela S.; NEUBERT, Patrícia S. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023. 137 p. Disponível em: https://doi.org/10.5007/978-65-5805-082-7. Acesso em: 20 nov. 2024.

SCOTT, Head; CARDOSO, Vânia. Matérias Nebulosas: coisas que acontecem em uma festa de exu. **Religião & Sociedade**, [*s.l.*], v. 35, n. 1, p. 164-192, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n1cap08. Acesso em: 20 nov. 2024.

TURNER, Victor Witter. **A floresta de símbolos**: aspectos do ritual Ndembu. Niterói: EdUFF, 2005.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**: Capítulo 2 - A Cultura como criatividade. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva

COMO CITAR
COSTA, Thainá Castro; SOUZA, Filipe Gomes de. O acervo nosso sagrado: da história ao devir museológico. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 1-20, jan./jun. 2026.